

## Flexa Ribeiro diz que o Greenpeace comete erros

O presidente da Federação das Indústrias do Pará (Fiepa), Fernando Flexa Ribeiro, aproveitou a oportunidade para criticar o protesto promovido pelo Greenpeace dentro da madeireira Maginco, alegando ele, que foi uma invasão de propriedade privada. De acordo com Flexa Ribeiro, na oportunidade do protesto, os membros do Greenpeace receberam um convite para conhecer um plantio de mogno da empresa, que fica a 30 quilômetros de onde eles estavam, mas eles não aceitaram.

Como esse, disse Flexa Ribeiro, o Greenpeace tem cometido vários equívocos e para que sejam esclarecidos é preciso um amplo debate, acrescentou, para que cheguem a verdade dos fatos. Ele, inclusive, ofereceu o auditório da Fiepa para a realização do encontro entre as partes. Respondendo ao convite José Augusto Pádua disse que antes de aceitar, precisaria consultar as demais entidades envolvidas na luta, o que foi encarado como recusa pelo empresário.

O que Fernando Flexa Ribeiro lamentou na ocasião foi a ausência da imprensa nacional e internacional para registrar aquele momento importante para os dois lados, empresários e ecologistas.

O presidente da Fiepa disse que o Greenpeace deveria se preocupar também com os brasileiros que estão desempregados no Brasil, denunciando, na oportunidade, que vídeos ecológicos estão sendo montados, conforme reportagem publicada na revista "Veja", que denuncia que uma imagem foi usada em vídeos de lugares diferentes, eles deveriam usar os 100 milhões de dólares em outras atividades mais proveitosas, destacou.

Quanto a possível extinção do mogno, Flexa Ribeiro disse que há duas versões para essa história, portanto as duas devem ser analisadas pelo Greenpeace. Nessa oca-

sião, Flexa Ribeiro, um pouco exaltado, e José Pádua, tentando demonstrar calma, promoveram uma espécie de debate, fazendo com que diversas questões fossem levantadas, sendo a principal "onde estão os recursos para reflorestamento que o Ibmá recolhe dos madeireiros através de taxa de reflorestamento?". Na opinião de Flexa Ribeiro, o Greenpeace quer ocupar o lugar das autoridades federais, lutando contra a exploração de mogno nas reservas da União, quando o governo federal é que deveria fazer isso.

### Entrevista

Fernando Flexa Ribeiro disse que os empresários foram ao auditório do Idesp para dizer ao Greenpeace que não concordam com a forma de como foi feita a invasão da Maginco, uma propriedade privada, porque a partir do momento que se permite uma coisa dessas, "nós podemos ter amanhã a nossa residência invadida e ficar sem direito de reclamar".

Ele garantiu que o setor produtivo não tem nada a temer e convida os amigos do Greenpeace, para que vão até a Fiepa para realizar um debate, "nós sabemos o que fazemos, temos responsabilidade como cidadãos brasileiros, amazônidas e paraenses, por isso queremos o debate público", considerando que têm um ponto em comum, querem saber onde está o dinheiro da taxa de reflorestamento pago pelos empresários ao governo federal.

Na opinião de Flexa Ribeiro, os cinco milhões de associados do Greenpeace com seus 100 milhões de dólares podem ajudar o empresário brasileiro a descobrir isso. É importante, também, que a imprensa nacional e internacional esteja presente a esse debate, frisou.

## Gasparetto acusa governo federal de desviar recursos

O presidente do Sindicato dos Madeireiros de Belém e Ananindeua, Ovidio Gasparetto, denunciou, na ocasião, que o governo federal é o maior responsável pelo desvio dos recursos provenientes da taxa de reflorestamento cobradas das empresas, 5.160 cruzeiros por m³ e 30 mil cruzeiros por metro cúbico de tora, "se o governo tivesse investido esses recursos durante os 50 anos, grande parte da floresta teria sido recomposta".

Ele citou, também, que os empresários, como o Greenpeace, estão interessados na preservação das florestas, tanto que há dois anos, o Sindicato apresentou um projeto para a instalação de bancos de sementes e mudas de espécies amazônicas ao governo, que não foi aproveitado, apesar do Ibmá não possuir nada parecido.

Segundo ele, algumas das propostas do Greenpeace também fazem parte da luta dos madeireiros, por isso acha que deveriam se unir para concretizá-las.

Como empresário, ele criticou a invasão da Maginco pelo grupo, considerando que se trata de uma propriedade particular, "foi uma atitude imperdoável". E comentando sobre o plantio, Gaspa-

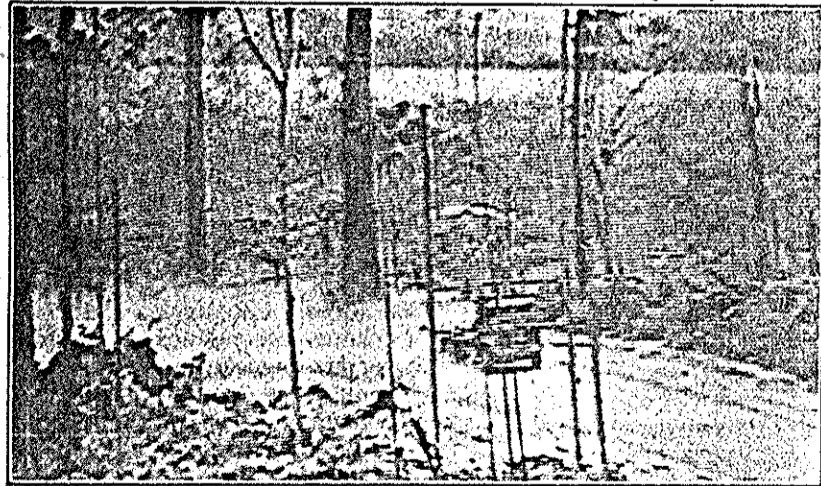
retto disse que o Greenpeace não tem interesse em divulgar isso.

Pádua aproveitou a brecha para questionar se algumas das árvores exportadas estão vindo desses plantios. Gasparetto disse que não, pois o mogno leva de 40 a 45 anos para atingir o ponto ideal para extração, mas se o governo tivesse investido o dinheiro desde há 50 anos, com certeza, isso seria possível hoje, daqui a 20 anos isso estará acontecendo, acrescentou.

Finalmente, ele fez uma observação à explanação apresentada através do vídeo, informando que 412 mil quilômetros quadrados de floresta não foram destruídos apenas pelos madeireiros, mas é o total da destruição desde o início da colonização, o que inclui outras atividades econômicas.

Já em entrevista, Ovidio Gasparetto disse que o Greenpeace deveria aceitar o debate independente da posição das demais entidades envolvidas, uma vez que é muito importante que seja realizado um encontro para discussão de soluções e alternativas para o problema da exploração do mogno, enfatizando que a Maginco foi invadida sem motivo, "é uma empresa inocente".

Reprodução de Vídeo



As queimadas na Amazônia também foram mostradas

## Roubo nas reservas de índios

Irritado com o andamento da discussão, o diretor executivo do Núcleo dos Direitos Indígenas, Márcio Santilli, que estava calado desde o início da coletiva, levantou-se repentinamente e com cópias de autos de infração na mão denunciou que os madeireiros têm roubado madeira de reservas indígenas, citando os nomes das empresas Impar e Perachi, frisando que não há prazo para que os crimes sejam pagos.

Revoltado com a acusação, Ovidio Gasparetto só faltou agredir o advogado Márcio Santilli, começando uma discussão que só faltou agressão física, vontade os dois tinham de chegar a esse ponto, que não aconteceu, talvez, por

causa da presença da imprensa. Santilli disse em entrevista que há diversos processos na Justiça sobre roubo de madeira das áreas indígenas por madeireiros. Ele disse que dispõe de vários documentos comprobatórios desses crimes e que o Núcleo dos Direitos Indígenas vai agir para que os culpados sejam punidos.

Nos casos em que não há provas, ele vai tomar providências necessárias junto aos órgãos competentes para que a documentação seja colocada à disposição da sociedade brasileira. Conforme disse, 100 terras indígenas são atingidas por esse crime no Brasil, sendo 35 só no Pará.

# Reunião sobre extração do mogno quase acaba em briga

A entrevista coletiva, convocada pela Assessoria de Imprensa do Greenpeace, ontem, no auditório do Idesp, com o coordenador da Campanha de Florestas Tropicais da instituição, José Augusto Pádua — para fazer esclarecimentos sobre a denúncia de extração predatória de mogno na Amazônia — transformou-se numa verdadeira discussão, que por pouco não virou uma grande briga, tendo como personagens principais, José Augusto Pádua, do Greenpeace, o presidente da Federação das Indústrias do Pará (Fiepa), Fernando Flexa Ribeiro, o presidente do Sindicato dos Madeireiros de Belém e Ananindeua, Ovidio Gasparetto e o diretor executivo do Núcleo de Direitos Indígenas, Márcio Santilli.

Apesar da entrevista ser com o pessoal do Greenpeace, Fernando Flexa Ribeiro e Ovidio Gasparetto não puderam ficar calados diante das declarações feitas por José Augusto Pádua sobre a extração de mogno na Amazônia, o que inclui a denúncia de roubo de madeira das reservas indígenas e outras irregularidades, como a abertura ilegal de estradas no meio da floresta, alegando eles, que grande parte das informações passadas pelo Greenpeace estão totalmente equivocadas.

### Greenpeace

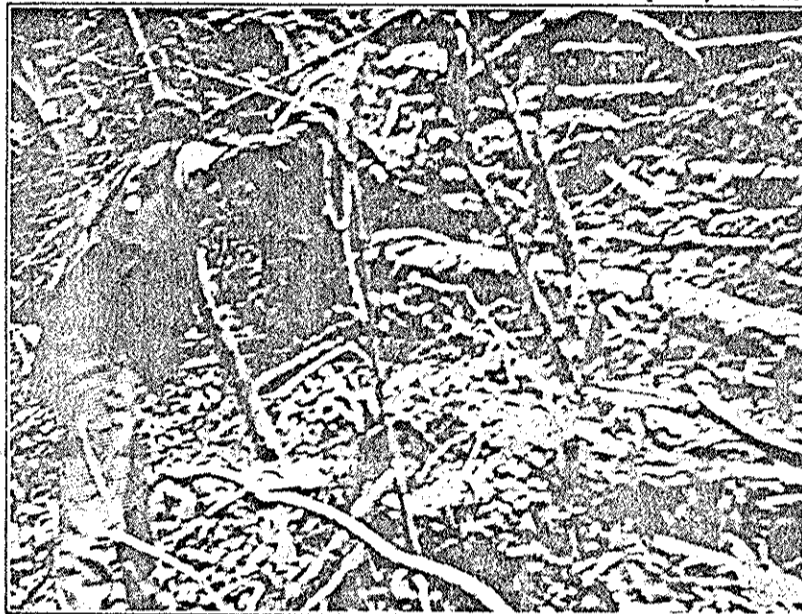
Antes da entrevista, os membros do Greenpeace exibiram um vídeo à imprensa com o tema "Mogno: Estradas da Devastação", que traz depoimentos de caboclos e índios e imagens denunciando a atual situação da exploração de mogno na região amazônica. De acordo com informações contidas no vídeo — que, inclusive, já foi enviado para o ministro do Meio Ambiente, Fernando Coutinho Jorge junto com um dossiê contendo as denúncias sobre o assunto — em 76, a Amazônia era responsável, apenas, por 14% da produção madeireira nacional, índice que subiu para 70%, em 89, transformando a região no grande pólo de madeira do país, o que aconteceu em função da exaustão das matas litorâneas (Mata Atlântica e Mata Araucária) e a abertura de estradas de acesso às florestas de terra firme na Amazônia. Nessa época, o número de serrarias no Pará subiu de 1.500, em 86, para 3.500, em 91.

Segundo os membros do Greenpeace, a abertura desordenada de estradas em direção à mata não explorada é um grave impacto indireto da atividade madeireira, sobretudo no setor de corte de mogno. "Até o momento, já foram destruídos cerca de 415 mil quilômetros quadrados de floresta, uma área equivalente a um e meio estado de São Paulo". Na opinião deles, se a floresta fosse utilizada de forma correta, com a adoção de técnicas agroflorestais e de agricultura ecológica e associada a uma política séria de reforma agrária, esta área poderia se tornar um importantíssimo centro de produção de alimentos.

Com o objetivo de informar,



Empresários discutiram fortemente o problema da extração do mogno. Reprodução de vídeo



A extração predatória do mogno em nossa região

através do vídeo, eles explicam que o mogno existente na Amazônia é uma árvore de características nobres, cuja madeira possui alto valor no mercado internacional, alcançando, atualmente, até 850 dólares o metro cúbico, valor que sempre atigou a cobiça dos madeireiros. Com a quase extinção dos tipos de mogno encontrados na América Central e no Caribe, o comércio internacional passou a se concentrar na Amazônia.

Segundo os membros do Greenpeace, a exploração do mogno é um negócio de altos lucros divididos entre poucos participantes. No Pará, por exemplo, são apenas 14 serrarias, Maginco, Perachi, Bannach, Juary, Mazsa, Itamarati, Campos Altos, Impar, Semasa, Pau D'arco, Brazwood, Masul, Selectas e Nordisk, a maioria fundada por empresários que já trabalhavam no setor em outras regiões do país, especialmente, no sul, e que migraram para a Amazônia a partir do empobrecimento e destruição das matas litorâneas.

Um grupo pequeno de empresas produz um número pequeno de empregos, portanto, os benefícios que elas trazem são restritos considerando o grande volume de seus lucros e dos danos sócio-ecológicos provocados por elas.

### Invasões

Conforme denunciou o Greenpeace, um dos aspectos mais absurdos e ilegais da ação das madeireiras de mogno é a invasão de áreas indígenas, reservas ecológicas e reservas extrativistas. Cerca de 90 grupos vivem na área de ocorrência do mogno e algumas tribos, como as dos Nambikwara e dos Uru-eu-wau-wau, em Rondônia, têm sido invadidas e roubadas, muito embora haja tribos que aceitem acordos de exploração em suas áreas. Existem também provas da violação de outras áreas protegidas, como a reserva biológica do Guaporé, em Rondônia e a extrativista Chico Mendes, no Acre.

Através do vídeo, eles também denunciaram que até o momento, mais de três mil quilômetros de estradas ilegais já foram abertos apenas no sul do Pará, passando, inclusive, por terras federais. A alegação de que as estradas fecham pela própria mata depois, não convence, pois elas vêm sendo utilizadas por colonos, fazendeiros e especuladores, que abrem de modo permanente novas áreas, ampliando a destruição.

Como exemplo, eles citaram a estrada conhecida como Morada do Sol, que sai da cidade de Tucumã, no Pará, que foi aberta em 85 e hoje já avança 500 quilômetros rumo ao norte do estado e está sendo ocupada por diver-

sos colonos com o apoio do Incra. O Greenpeace não vê as madeireiras como produtoras de desenvolvimento para o norte do país, uma vez que vêm atuando de uma forma que jamais poderia ser considerada socialmente responsável, denunciando, ainda, que o índice de sonegação chega a 95%. Embora os madeireiros afirmem que contribuem para o desenvolvimento econômico, praticam quase uma economia de enclave, pois cerca de 90% da produção são exportados e 10% destinados aos mercados consumidores mais ricos das regiões costeiras do Brasil.

Os principais importadores de mogno são os Estados Unidos e a Grã-Bretanha e nacionalmente, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Eles mostraram, também, que o comércio internacional da madeira também está descontrolado, pois os números oficiais de volume importado produzido em apenas dois países (Grã-Bretanha e Estados Unidos) são superiores aos números oficiais brasileiros de volume exportado.

Entre 1971 e 1990, conforme exposto no vídeo, pelo menos três milhões e 100 mil metros cúbicos de mogno foram retirados da floresta amazônica para fins de exportação. O impacto direto desta retirada pode ser avaliado com base em estudos que indicam que para cada árvore de mogno derrubada, 28 árvores de várias espécies são danificadas e cerca de 1450 metros quadrados de floresta destruídos. "As consequências do conjunto dessas retiradas para a fauna, a flora e a ecologia da floresta são, portanto, consideráveis".

As propostas do Greenpeace são as seguintes: a proibição, pelo governo brasileiro, do corte de mogno na Amazônia, até que seja avaliada a extensão dos danos e se defina as medidas cabíveis para interromper a destruição da floresta; a interrupção da construção de estradas ilegais e inadequadas em direção à floresta primária; a interrupção da exploração ilegal de madeira em áreas reservadas para a proteção ecológica e a interrupção da exploração ilegal de madeira em áreas indígenas e reservas extrativistas e a busca, com o apoio das autoridades públicas, de alternativas econômicas não predatórias para a sobrevivência das populações que vivem na floresta.

Ele propõe também, o fim do corte predatório que tem provocado a extinção da espécie nas áreas por onde passou a fronteira de exploração do mogno e a adoção de uma política séria e consequente contra o corte predatório em geral de madeiras na Amazônia, que ordene a atividade madeireira na região, restringindo as áreas da floresta onde o corte pode ser permitido e definindo rigidamente as condições técnicas para que a exploração ocorra de modo aceitável, além de impedir a violação de áreas protegidas e a extração de madeiras proibidas por lei, como a castanha.

## Pádua mostra em vídeo o que está acontecendo na Amazônia

Após a exibição do vídeo, o coordenador da Campanha de Florestas Tropicais do Greenpeace, José Augusto Pádua, passou algumas informações sobre a instituição, garantindo que no Brasil é totalmente coordenada por brasileiros e no Pará por paraenses. Segundo disse, o objetivo do vídeo foi esclarecer a imprensa sobre o que está, realmente, acontecendo na Amazônia no que tange à exploração de mogno, bem como frisou que não está sozinho nesta luta, mas sim unido com outras entidades, que formam um grupo de 70 instituições, sendo a maioria da Amazônia.

Quanto ao objetivo da entrevista coletiva, Pádua disse que foi chamar a atenção da opinião pública para o problema da exploração de mogno por indústrias madeireiras na Amazônia.

Ele frisou que o Greenpeace, ao contrário do que muitos pensam, não está ligado a nenhum grupo internacional, seja governo ou empresa, "já estamos até acostumados com este tipo de acusação", disse Pádua, enfatizando que o grupo é contra a destruição ecológica, só isso.



Augusto Pádua, do Idesp

O Greenpeace está combatendo a destruição da floresta Amazônica da mesma forma que faz contra a destruição da floresta asiática, também explorada desordenadamente e que está em situação pior. Segundo Pádua, eles temem que os grupos da Ásia comecem a vir para a Amazônia.

Depois de fessaltar alguns pontos mostrados no vídeo, José Augusto Pádua informou que a denúncia de que o Greenpeace havia gasto cerca de 40 mil dólares no protesto realizado dentro da empresa Maginco, no sul do Pará, ele disse que não gastou tudo isso, mas vai gastar o que for possível, na campanha, para evitar a extinção do mogno, uma vez que não há informações concretas da atual reserva existente dessa espécie na região, uma vez que o mogno aparece em diversos pontos da floresta.

Ele fez questão de dizer que o Greenpeace não recebe ajuda financeira de nenhuma empresa ou governo, os recursos vêm das contribuições dos cinco milhões de associados que possui em todo o mundo, que colaboram com 15 dólares por ano, garantindo que o Greenpeace disponha de um orçamento de 100 milhões de dólares por ano.

Concluindo, ele disse que o Greenpeace não tem nada contra o progresso da região, o que defende é o desenvolvimento compatível com a preservação do meio ambiente.

### Entrevista

José Augusto Pádua disse que não esperava tanta discussão durante a coletiva, mas garantiu que o Greenpeace tem informações concretas sobre a exploração de mogno na Amazônia, abertura de estradas e extração em reservas. Outro detalhe é a forma do corte, predatório, que extingue a espécie.

Segundo ele, o setor madeireiro não apresentou contestação alguma, enquanto o Greenpeace mostrou provas dos fatos que vêm acontecendo na região.

Quanto às críticas à invasão da Maginco, Pádua disse que foi ousada, mas o Greenpeace sempre age assim, "as pessoas gostam quando enfrentamos um barco de plutônio, mas quando a ação acontece aqui, elas não gostam", frisando que o protesto foi totalmente pacífico.

Finalmente, ele falou sobre os plantios, dizendo que todos juntos somam uma área de apenas 32 quilômetros quadrados, "quase nada" em relação ao que vem sendo explorado, portanto isso em nada vai resolver o problema que está ocorrendo na floresta atualmente.